

PESQUISA E QUALIDADE DE VIDA

*João Bosco Guedes Pinto*¹

RESUMO

O objetivo deste ensaio é refletir o papel da pesquisa biológica na melhoria da qualidade de vida da população. A qualidade de vida aqui entendida extrapola os limites do desenvolvimento econômico, medido por indicadores tradicionais, como nível de renda, nível de emprego e de consumo de bens e serviços. Por qualidade de vida, entende-se um processo que requer, para a sua compreensão, a interdisciplinaridade expressa em perspectivas teóricas que buscam superar os seus limites, romper suas fronteiras e estabelecer o diálogo entre o natural, o social, o cultural e obviamente, entre todos estes, o político. Por pesquisa entende-se o processo de produção de novos saberes e novos conhecimentos, processo que, ao debruçar-se sobre um objeto de tal complexidade, exige saberes complexos, não necessariamente encontrados no acervo da ciência cartesiana existente. Conclui-se afirmando que convém que os pesquisadores abram-se a novas perspectivas paradigmáticas, mais desafiantes, que os façam ir além da tranquilidade fria da lógica matemática, para enfrentar a complexidade da realidade sociocultural e humana, para assim poderem contribuir para a melhoria significativa da qualidade de vida dos cidadãos.

RESEARCH AND QUALITY OF LIFE

ABSTRACT

The purpose of this paper is to reflect about the role of biological research on improving the quality of life for the whole population. The quality of life goes beyond the limits of the economic development, which is traditionally measured by indicators such as income, employment rate, buying power and so on. Quality of life, therefore, is understood as a process in which interdisciplinary theoretical approaches transpose the limits and the frontiers among the nature, the social, the cultural and the political fields. Research is understood as a process to produce new knowledge about complex issues not necessarily embedded in the current science. The paper concludes that researchers should open new perspectives, to challenge the cold mathematical logic used to understand the complex sociocultural reality. In this way they should contribute for significative improvements in the quality of life of the citizen.

¹ Sociólogo, Ph.D. Prof. da UFPE, Consultor do CNPMN, falecido recentemente.

Considerando a polissemia dos termos, que fazem parte, ao mesmo tempo, da linguagem cotidiana e científica, queremos tecer algumas considerações sobre a conceituação que pretendemos utilizar nesse despretensioso trabalho.

Iniciaremos com a expressão “qualidade de vida”, que há alguns anos vem sendo utilizada em muitos documentos oficiais, tanto no Brasil quanto na comunidade internacional, quase sempre ligada às questões do desenvolvimento.

Em meu conceito, o uso da expressão qualidade de vida já obedece a certas mudanças que se estão processando nos paradigmas tradicionais referentes à ciência, à tecnologia e ao próprio processo de desenvolvimento. Aliás, todo o mundo fala de mudanças de paradigmas, muitas vezes sem precisar o que se entende por paradigma, qual paradigma está em processo de mudança, ou que aspectos de um paradigma estão sendo mudados, dando passo a outro tipo de paradigma.

De modo simples, entendo por paradigma uma certa forma de ver/sentir/interpretar o mundo, que se apóia em fundamentos de caráter epistemológico, ou seja, em uma filosofia do conhecimento. Por sua vez, estes fundamentos interferem nas teorias a respeito deste mundo, trazendo conseqüências práticas. A visão da realidade em qualquer sociedade é uma visão complexa e freqüentemente contraditória; no entanto, um paradigma pode vir a ser adotado, imposto, transmitido e legitimado, desde que ele atenda aos interesses dominantes nessa sociedade.

Do século XVI em diante, com as mudanças que se operavam na sociedade feudal e que levaram ao surgimento do capitalismo ocidental, foi surgindo e se impondo, inicialmente na Inglaterra e depois em todo o mundo ocidental, um paradigma extremamente forte, por sua coerência lógica e sua fundamentação empírica, o paradigma científico, por alguns denominado de cartesiano/newtoniano, pela síntese que Newton, pai da física mecânica, conseguiu fazer entre seu empirismo anglo-saxônico e a filosofia idealista de Descartes. Esse paradigma, baseado na física mecânica, utilizando a visão analítica e fracionária do real, a lógica formal, a evidência empírica e o uso generalizado das matemáticas, apoiando-se em uma perspectiva positiva do conhecimento, por facilitar o desenvolvimento do modo de produção capitalista, centrado sobre o lucro e o poder das mercadorias, impõe-se e é legitimado como sendo o paradigma definitivo, mercê do qual os homens poderiam dominar a natureza e subordiná-la, pelo conhecimento de suas leis, à vontade dos homens.

O paradigma newtoniano-cartesiano foi dominante e predominante até o advento da física da relatividade, sendo ainda mais fortemente abalado e

contestado pela física quântica. No entanto, ele ainda continua vigente na biologia e na medicina, nas ciências econômicas, na sociologia e na psicologia experimental, entre outras, embora progressivamente questionado pelo terremoto que, em suas bases epistemológicas, provocou a nova visão do universo quântico.²

Assim como no âmbito das ciências naturais, no que se refere a conceitos como o de desenvolvimento, esta mudança paradigmática, cada vez mais generalizada, começa a impor mudanças. Do conceito economicista de desenvolvimento, entendido como processo de mudanças da base tecnológica de uma sociedade e, conseqüentemente, como crescimento econômico, passa-se a falar de desenvolvimento social, de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento humano. Ou seja, de uma visão segmentária, fracionária, analítica, da realidade, que privilegia a parte sobre o todo, que recorta a realidade, de modo a poder submetê-la à investigação, passa-se a considerar que o desenvolvimento social e humano implica muitas coisas mais, além das mudanças tecnológicas e do crescimento da riqueza. Além do aumento do produto interno bruto ou da renda per capita, começa-se a falar de distribuição da riqueza, de satisfação de necessidades básicas em todos os âmbitos da vida, incluindo nessa noção de âmbitos da vida muito mais que a mera satisfação de necessidades biológicas, ligadas à sobrevivência física. Destarte, os indicadores de crescimento, desenvolvimento e progresso começam a ser procurados e formulados também no âmbito das necessidades espirituais, incluindo-se nestas o cultural, o simbólico, o participativo, que vão mais além da satisfação de necessidades físico-corpóreas. Não que estas últimas deixem de ser importantes, ou que se deixem de lado indicadores tradicionais de desenvolvimento, tais como PIB e a renda per capita. Surge um novo conceito, o de qualidade de vida, entendendo-se neste a vida como algo muito mais amplo, mais rico e mais complexo que a simples economia, a biologia ou os aspectos materiais da sobrevivência humana.

Por qualidade de vida entendemos um processo e não um estado, coisa ou entidade. Processo que para ser entendido requer a convergência de diferentes visões disciplinares, que no paradigma fracionário e positivo são estreitas e excludentes. O processo de qualidade de vida requer, para sua compreensão, a interdisciplinaridade, já que a infinda riqueza e complexidade da vida humana só pode ser entendida mediante um convergência de perspectivas teóricas, que buscam superar seus limites, romper suas fronteiras, esta-

² Ver a respeito a obra de Fritjof Capra, particularmente **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1990.

belecer o diálogo entre o natural, o social, o cultural e obviamente, entre todos estes, o político. Esta interdisciplinaridade vai costurando um paradigma que é hoje chamado de holístico, porque tenta superar a miopia da fragmentação, que reduz o todo em suas partes (como o fazia a perspectiva cartesiano-newtoniana, solidária com a visão de que o universo e a vida eram máquinas, mais ou menos ajustadas), para atingir um visão de totalidade orgânica, em que a parte só adquire sentido e dimensão por sua inserção no todo.

Ao entendermos assim, como processo e não como estado, a qualidade de vida, não estamos negando a validade à medição dessa totalidade a que chamamos de qualidade de vida, mediante indicadores quantificáveis que permitem, por exemplo, comparar países entre si, para cobrar, no plano das políticas, ações que propiciem superar as tremendas distorções existentes, por exemplo, entre os países do Norte e os do Sul, antes denominados de Terceiro Mundo. Mas não podemos restringir nossa compreensão do processo, designado como qualidade de vida, apenas a essas medições, já que o qualitativo jamais pode ser reduzido à quantificação.

No estabelecimento e na aceitação desse conceito foi crucial o surgimento da ecologia não apenas como visão disciplinar, mas como visão solidária do universo, interdisciplinar e holística, baseada precisamente na convicção profunda, enraizada, de que somos parte integrante deste universo, do qual a vida não é senão uma de suas manifestações mais maravilhosas, sobretudo porque ela permitiu o surgimento de algo, qualitativamente superior, neste processo de expansão do universo, que é o surgimento da consciência; é esta que dá passo ao fenômeno humano, na expressão feliz de um dos filósofos pioneiros desse paradigma, o padre jesuíta Teilhard de Chardin. Eis aí a chave do conceito: vida sim, mas vida consciente, é o caminho que a própria matéria do universo vai construindo, ao largo de seus bilhões de anos de existência, para superar seu destino entrópico e encontrar a eternidade.

É talvez pertinente perguntar-nos: “Qual o papel da pesquisa na melhoria da qualidade de vida da população?”, embora a resposta possa parecer óbvia. Se a melhoria da qualidade de vida da população constituir o objetivo primordial de uma sociedade, posto que o conceito de qualidade de vida refere-se a um processo, rico, surpreendente e complexo, que é a própria vida, faz-se necessário, para alcançá-lo, uma abordagem interdisciplinar, o que não vai sem pesquisa, por exigir conhecimentos novos. Ora, a pesquisa a entendemos como processo de produção de novos saberes e conhecimentos, processo que, ao debruçar-se sobre um objeto de tal complexidade, exige

saberes complexos, não necessariamente existentes no acervo acumulado da ciência cartesiana existente.

Assim, a questão não é definir porque é importante a pesquisa científica na melhoria da qualidade de vida da população e sim, que tipo de pesquisa faz-se necessário para que essa busca de maior qualidade de vida torne-se um processo abrangente e não excludente, um processo holístico e totalizante, que inclua o físico-corpóreo, o sócio-econômico e o ideocultural numa transdisciplinaridade holística e total. Trata-se de convocar, sem pejo e sem reservas, todos os saberes, inclusive os saberes cotidianos, pertencentes ao senso comum, para que, solidários, se macomunem, se imbriquem, se tornem cúmplices desse objetivo maior que é conhecer a própria vida. A vida, afortunadamente, não se deixa aprisionar por fórmulas matemáticas, por mais lógicas e elegantes que nos pareçam. Não se acomoda aos figurinos estreitos do método hipotético-dedutivo, nem ao dualismo imanente à visão cartesiano-newtoniano de ciência. A vida desborda todos os paradigmas estreitos da quantificação, da pretensa objetividade científica, tão impregnada, às vezes, de uma certa arrogância, porque não dizê-lo, masculina, que norteou a ciência ocidental em seus primórdios, ligados à economia capitalista e à sociedade patriarcal, que a antecede e nela se perpetuou.

Pareceu-nos, pois, razoável admitir que a pesquisa, como prática humana, se quiser contribuir para a instauração, a generalização, a consolidação deste processo a que chama-se de qualidade de vida, terá que abandonar os rígidos paradigmas do positivismo empiricista, a pretensão de ser a dona da verdade, reafirmada na concepção dos neopositivistas lógicos de que uma proposição, que não pode ser demonstrada, não tem sentido, não faz sentido ou não pode ser considerada científica. Quem somos nós para aprisionar o universo, a vida e a consciência que são dele partes constituintes, nos estreitos cânones do positivismo empiricista, ou para reduzirmos a verdade naquilo que podemos demonstrar ou até mesmo falsear (no dizer do filósofo da ciência sir Karl Popper, recentemente falecido aos 92 anos de idade)? Quem somos nós para supor que a vida se reduz à matéria, animada ou não? Se há uma arrogância que deveria escandalizar, ao invés de fascinar, é a arrogância do saber, supostamente baseado na objetividade, na neutralidade.

Felizmente, um novo paradigma filosófico está aos poucos tomando o lugar dessa visão “todo poderosa” da ciência cartesiano-newtoniana. Dando passo a uma nova atitude de humildade, em face da grandeza e a infinitude da vida e de seu permanente desabrochar na consciência e no humano. Por isso é que, no plano da socioeconomia, faz-se mister buscar não apenas um desenvolvimento econômico, mas um desenvolvimento com rosto humano,

para poder se instaurar um processo de melhoria da qualidade de vida, qualidade que se espelha na complexidade, na riqueza e na materialidade/espiritualidade mesma do fenômeno vital.

A interdisciplinaridade, que essa pesquisa exige, requer trabalho de equipe interdisciplinar, que se unem ao redor do objetivo fascinante de melhorar as condições em que a vida se produz e reproduz para os seres do universo, entre os quais nos encontramos os seres humanos, capazes, pelo desenvolvimento de sua consciência, de compreender que sua sobrevivência, como espécie, depende de preservar esta terra que é de todos os seres do universo, vivos ou não.

Se, como dissemos acima, entendemos consistir a pesquisa em um processo, laborioso e sistemático, de produção de conhecimentos, dentro dessa nova perspectiva holística, esses conhecimentos não se referem apenas aos aspectos objetivos dessa realidade, principalmente em se tratando dos objetos sociais. Se o paradigma dominante cumpriu, mais ou menos bem, sua função, no que se refere ao conhecimento dos objetos físico-corpóreos, o mesmo não podemos dizer quando se trata dos objetos sociais, culturais e políticos; apesar da afirmação em contrário, os objetos sociais não podem ser considerados como “coisas”, com objetividade pura. Sua compreensão requer ir mais além de sua aparente objetividade para entender como são subjetivamente construídos. Daí que a aplicação de um modelo de pesquisa, mera e exclusivamente nomotético – característico da ciência cartesiana, que buscava apreender as leis gerais que regem o universo – não seja suficiente, por parcial, para compreender os fenômenos e processos sociais. Faz-se indispensável utilizar uma perspectiva ideográfica de compreensão e entendimento, que inclui a subjetividade, a forma como as pessoas percebem, sentem e agem sobre a realidade. Esse tipo de pesquisa tem mais afinidade com a qualidade do que com a quantidade, com o conhecimento em profundidade dos fenômenos sociais do que com a quantificação, que visa à generalização. Não que as duas perspectivas sejam mutuamente excludentes; ambas são importantes para captar o objeto social em toda a sua complexidade: exterioridade/objetividade, por um lado, interioridade/subjetividade, por outro.

Em se tratando da questão da melhoria da qualidade de vida da população, tal como nos propusemos discutir, faz-se mais urgente ainda considerar esses dois aspectos em sua complementaridade: como falar de qualidade de vida, se a entendemos apenas como possibilidade de acesso a bens e serviços, ou como capacidade ilimitada de consumir em um mercado cada vez mais abrangente. Na qualidade de vida é importante incluir como as pessoas

sentem e vivenciam a vida, como percebem sua inserção na sociedade, qual a extensão e a profundidade de sua felicidade.

É importante nessa concepção incluir a dimensão lúdica da vida, o prazer de viver e conviver. Pode-se até imaginar que a qualidade de vida de certas pessoas, que não têm tudo quanto poderiam ter, mas que curtem e gostam de tudo o que têm, seja maior e mais profunda, do que a qualidade de vida daqueles que, vivendo no mundo frenético de um consumismo crescente, têm muito mais do que precisam, mas resultam insatisfeitas, descontentes e infelizes.

Outra dimensão a incluir na qualidade de vida é a segurança pessoal e coletiva, na medida em que essa segurança encontra-se ameaçada cotidianamente, a qualidade de vida diminui e a felicidade de viver em sociedade também desaparece, voltando a predominar a concepção de que “o homem é lobo para outro homem.”

Mas também há que considerar nessa qualidade de vida é a questão do corpo. O corpo em nossa sociedade, consumista e centrada na objetividade, foi reduzido facilmente a mercadoria, a um objeto em si mesmo, desvinculado e separado de outros aspectos da vida. Mas nosso corpo é parte medular de nossa identidade, pessoal e social. A construção dessa identidade inclui, como ponto de partida e referência necessária, nosso corpo, sede que é de nossas sensações, sentimentos e percepções. A visão cartesiano-newtoniana separou o corpo da alma, tornando o corpo algo inferior, que deveria ser submetido ao espírito. Já a visão mercantil, coerente com essa mesma dualidade, privilegiou o corpo como objeto do desejo, com mercadoria, ou transformou-o em instrumento de trabalho, do qual se usa e abusa. Trata-se, em uma visão holística, de reestabelecer a unidade do ser humano, a unidade do corpo e da alma, ambas parte da vida e do universo, ambas expressando em uma só integralidade a exterioridade e a interioridade desse mesmo universo. Daí associar-se ao processo de qualidade de vida o conceito de pessoa, de sujeito, com que se enfatiza o desenvolvimento harmonioso, tanto da fisicalidade do corpo quanto do crescimento do espírito. Os antigos já diziam *mens sana in corpore sano*. Embora não queiramos dizer que somente as pessoas que têm um corpo saudável podem ter uma mente sã – há muitíssimos exemplos do contrário – mas seguramente que a qualidade de vida inclui, como um de seus componentes essenciais, embora não suficientes, um corpo são e plenamente desenvolvido.

Finalmente, para concluir, há que fazer uma reflexão muito séria sobre nosso País e sobretudo sobre a população que o habita. Comparativamente somos um dos países que, não apenas tem um nível de qualidade de vida

precário, mas no qual a qualidade de vida tem decaído bastante nos últimos anos, mercê de um grande número de fatores que têm que ver com a mercantilização das relações, o crescimento da pobreza, a deterioração do meio ambiente, a insegurança crescente na cidade e no campo, a violência, a corrupção, a criminalidade e a impunidade que a acompanha. Infelizmente, dentro da perspectiva neoliberal que cada vez parece caracterizar o novo governo, apesar de sua pretensão social-democrata, não descortinamos ainda um horizonte de melhoria significativa da qualidade de vida de nossa população. De vigorar a concepção de que o mercado é o grande demiurgo, que resolve todos os problemas sociais e que estabelece o equilíbrio e a igualdade entre todos os cidadãos e cidadãs, não nos parece possível sequer começar a dar solução às angustiantes carências que afligem a nossa população, o que nos permitiria melhorar um pouco sua qualidade de vida. Mas sem dúvida, dentro do processo de democratização em curso, é possível fazer-nos cada vez mais sujeitos sociais e coletivos, através de nossa participação na vida pública, através das organizações da sociedade civil, sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais, partidos políticos, associações de moradores, igrejas e assim por diante. Uma das dimensões desse conceito multifacético, que é a qualidade de vida, é precisamente a participação social, entendida não apenas como um envolver-se passiva, receptiva ou simbolicamente na vida social e política, mas como o processo de assumir, consciente e coletivamente, aquilo que nos pertence por direito em toda sociedade democrática, o direito de decidir, o direito de ser tomado em conta, o direito de ser feliz.

Acreditamos que convém que os pesquisadores biológicos, ou aqueles que buscam desenvolver novas técnicas, abram-se a essas novas perspectivas paradigmáticas, mais desafiantes, porque nos fazem ir mais além da tranquilidade fria da lógica matemática e enfrentar a complexidade da realidade socio-cultural e humana, e poder contribuir para a melhoria significativa da qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras, verdadeiros sujeitos do desenvolvimento nacional.